

Algumas notas sobre a economia regional – A RAM em 2023

António Manuel Martins de Almeida

Edição Universidade da Madeira

ISBN-978-989-8805-94-2

2023

Atualização a 4/9/2024

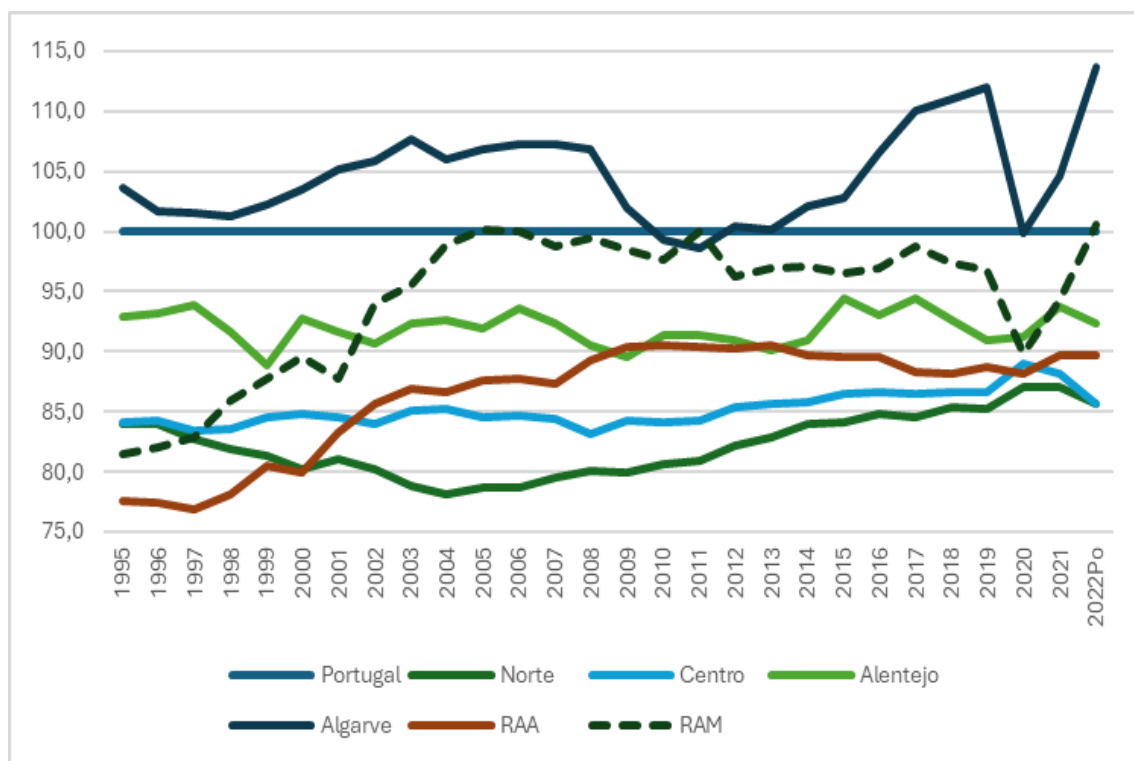
1-Introdução: a RAM

O tema “Região Autónoma da Madeira” (RAM) é frequentemente objeto de atenção mediática pelas mais diversas e surpreendentes razões. Em termos práticos, a RAM contribui para o todo nacional, em montantes limitados: em termos geográficos na ordem dos 0,87%; em termos populacionais com 2,42% da população residente; e em termos económicos com um peso similar ao da população, na ordem dos 2,48%. No passado, o foco da atenção incidiu fortemente sobre a problemática da gestão das finanças públicas, devido ao problema da dívida pública oculta, e aos desvios “orçamentais” constados no período pré 2010. A catástrofe natural que se abateu sobre a ilha a 20 de Fevereiro de 2010 também ocupou as manchetes, embora a maioria das notícias recentes, excluído a temática política, tenda a incidir sobre o setor do turismo em geral, e sobre a operacionalidade do Aeroporto, em particular.

Dada a relativa escassez de publicações sobre a temática da economia da Madeira, julgou-se útil atualizar alguns elementos estatísticos relativamente a um exercício anterior (Almeida, 2011)¹, no intuito de oferecer elementos que permitam compreender o contexto atual do ponto de vista económica e social regional tendo por base o quadro nacional. Uma razão adicional para o exercício em mãos reside no facto da perceção sobre o “esgotamento dos modelos de desenvolvimento” no contexto das RUPs, conforme referido num estudo encomendado pela Comissão Europeia (Ismeri, 2011), se ter reforçado, tal como se constata na Figura seguinte, caso se destaque o abrandar do processo de convergência em termos nacionais. No período em apreço não deixa de ser relevante o facto da região ter registado uma recuperação face à média nacional de 18.7 pontos percentuais, entre 1995 e 2005. No período posterior registaram-se recuos e uma recuperação entre 2020 e 2022, que remete a economia regional para os valores registados em 2005. No agregado, assiste-se a uma estabilização da evolução do PIB regional desde 2005.

¹ 3.Almeida, A. (2011), “Anexo Estatístico, in A experiência de desenvolvimento socioeconómico regional: uma abordagem multidisciplinar sobre a Madeira”, pg. 12-16

Figura 1: Evolução do PIB pc PT=100



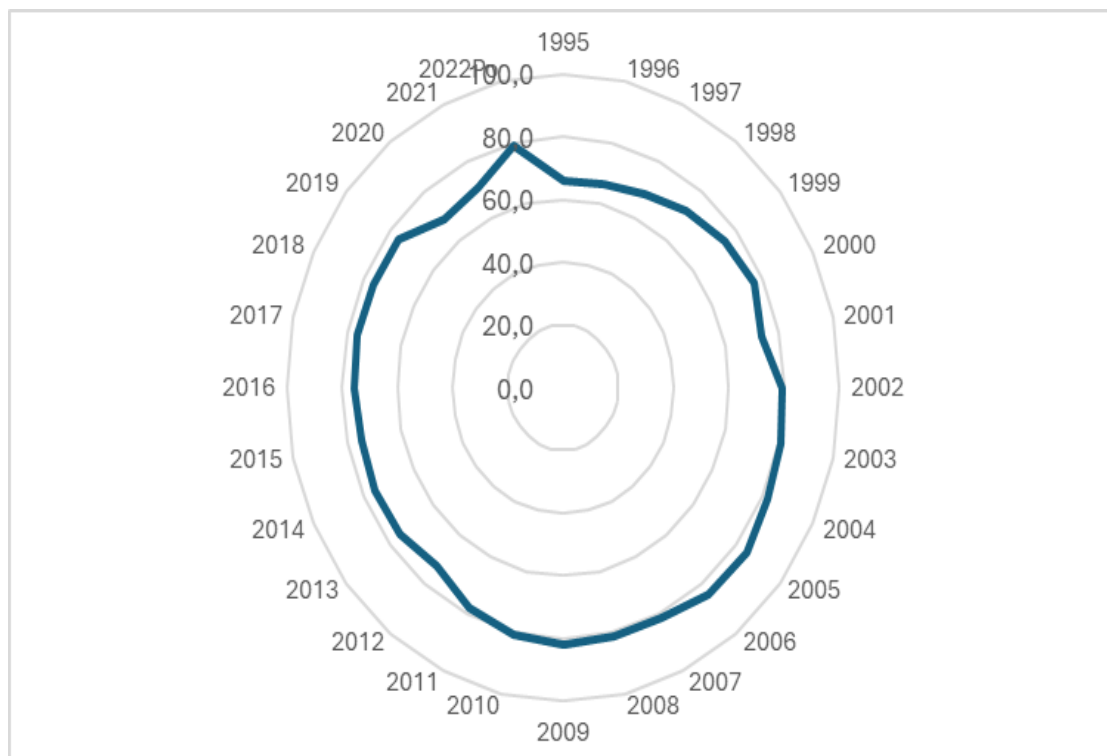
A relativa estabilidade fica bem patente no gráfico abaixo, que retrata a evolução do Produto Interno Bruto por habitante, em PPC, para o conjunto da EU 27. Considerar como referência o valor “UE27=100”. É evidente o gravitar do PIB per capita na faixa 70-80, embora próximo do limite superior.

Um facto básico, mas decisivo. A Madeira localiza-se a cerca de 1000 km de Lisboa, ocupando uma área de apenas de 801,1, km², do que resulta uma densidade populacional de 318,7 km² (114,7 hab/km² no país como um todo), o que explica em parte a relativa similaridade do valor mediano de avaliação bancária por m² (1658€/m² na RAM versus 1521€/m² no país). As características específicas de orografia insular (com uma altitude média de 1371,6 metros) e a escassez de solos levam a um grau elevado de competição na utilização dos solos para fins sociais, económicos e de infraestrutura, do que resultam custos elevados de construção.

Os dados relativos ao solo agrícola (Superfície Agrícola Utilizada (SAU)), mostram uma redução da mesma (5428,4, em 2009, 5262,2 em 2013 e 4893,2, em 2021), e níveis de produtividade baixos na agricultura dada a baixa dimensão média das explorações (0,3 ha). Na RAM, contra 13,9 ha. em Portugal) e a quase impossibilidade de mecanização. Constata-se, contudo, dados relativos a 2021, um peso ainda importante

do setor, com 13,4 mil empregos, o que corresponde a 11,1% do total do emprego, embora a mão de obra empregada e remunerada seja de apenas 1,1 mil indivíduos (1,11% do total dos indivíduos remunerados. Em termos de VAB, o setor contribui com 1,52% do total (dados relativos a 2022). Contudo, a importância do setor agrícola não se circunscreve ao seu peso em termos de emprego e VAB, dada a relevância fundamental em termos de paisagens e identidade.

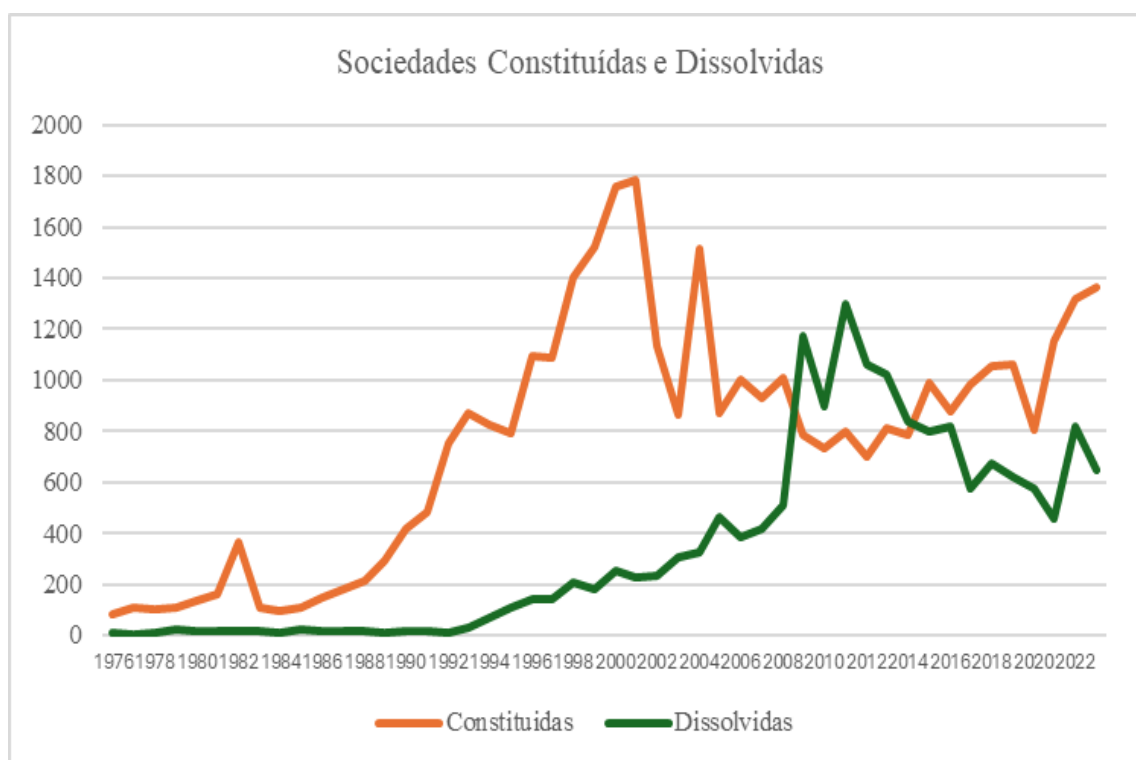
Figura 2: Evolução do PIB RAM pc



As ilhas de forma genérica exibem um historial de ciclos sucessivos de prosperidade económica seguida de crises generalizadas. Contudo o século XX reforçou o papel negativo da localização periférica via custos de transporte acrescidos com impacto ao nível da mobilidade, da atração de turistas e ao nível dos custos médios de produção, via importações de matérias-primas. A localização periférica, fator comum com outras regiões insulares, a que se adiciona as particularidades político-económicas dos períodos 1926-1974, e 1974-1985, permitem compreender tanto o nível de atraso brutal constatado em 1974, como oferecer um background “explicativo” das opções de desenvolvimento retidas após a adesão às CEE em 1986. Emoras as condicionantes históricas e políticas sejam relevantes, um fator básico no contexto insular respeita à dimensão populacional (que acresce custos e coexiste com elevadas taxas de desemprego jovem) e o baixo potencial de mercado que limita o número, qualidade e

potencial das empresas locais, incapacitadas de explorar de economias escala. Os dados relativos ao setor empresarial mostram uma maior densidade por km² (relativos a 2022) do número de estabelecimentos (37,1 vs 14,6), mas valores do pessoal ao serviço por estabelecimento inferior (2,8 vs 3,9), e um volume de vendas, em milhares de euros inferior (219,6 vs 321,1, em milhares de euros). De forma geral, os dados constantes do Anuário Estatístico da RAM (2022) apontam para valores relativamente idênticos, no que se refere à maioria dos indicadores, entre a RAM e Portugal no que se refere ao contexto empresarial. A evolução da criação de empresas (e os valores relativos à dissolução) relevam o impacto do acesso aos fundos comunitários e a crise da 2010-2012, conforme se constata no gráfico 1.ⁱ Contudo, a nível “macro” a evolução das empresas é explicada pela evolução do PIB e pela dinâmica de falência de empresas.

Gráfico 1: Evolução do número de empresas Constituídas e Dissolvidas



Os dados disponíveis indicam que o PIB per capita regional constatado em 1975 atingiria cerca de 40% da média nacional o que equivale a 28% da média da EU. Os valores atuais indicam que o PIB per capita regional ronda os 100,6% da média nacional (2022) e os 79,2% em termos de PIB per capita UE27 medido em PPC (DREM, 202023). Dados publicados pelo Eurostat identificam a RAM como uma região relativamente dinâmica no período em causa (1995-2007), quer no conjunto das RUP (a

RAM atingiu um crescimento médio anual de 3,1% ao ano, no período de 2011 a 2022, em termos Regional do PIB per capita (PPC) quer em relação ao diferencial constatado relativamente ao país de origem (diferencial nulo relativamente a Portugal no período 2011 a 2022, mas de 0,8 pontos percentuais (4,5 vs 3,7) no período de 1995 a 2022. A taxa média de crescimento (em termos nominais) para o período 1995-2010 ronda os 4,5% (3,7% em Portugal).

No ponto de partida implícito nesta análise, a reportar ao período de 1974-1976, (Financial Times, 9 de Maio, 2006), a RAM constituía uma das regiões mais pobres no contexto de um dos países mais pobres da Europa Ocidental. A recuperação foi notável até 2008, com a dinâmica de crescimento económico a abrandar nos anos mais recentes. Em termos de fatores de crescimento, o relatório Ismeri sustenta que o crescimento da Madeira e dos Açores assenta na acumulação de capital e o acréscimo de produtividade, muito à conta dos fundos comunitários. Em termos de rendimento per capita disponível os dados relativos ao período 1995-2022, os dados sugerem um retrocesso na RAM, muito à conta da crise de 2011-2014, com os valores registados em 2009 a serem recuperados apenas em 2017.

Constatado o processo de catch-up face à média nacional e comunitária, reflectido de acordo com o Financial Times de 9 de Maio de 2006) no facto de o "progress of recent decades is evident in the way people live in Madeira today", evidenciado também no desenvolvimento de uma classe média próspera (a um ritmo impressionante, de acordo com o Financial Times de 9 de Maio de 2006) e na infra-estruturação da ilha, importa identificar quais os sectores básicos da economia e as fontes de criação de emprego e riqueza, de forma a precisar a sustentabilidade do processo atrás identificado.

Embora a agricultura tenha servido no passado de suporte para os ciclos de prosperidade constatados, o século XX (sobretudo no que respeita às décadas mais recentes) caracteriza-se por uma importância crescente dos sectores "localmente" orientados, nomeadamente a administração pública (VAB: 20,8%; Emprego: 23,7%), o comércio em geral (VAB: 15,3%; Emprego: 14,8%) e a construção civil (VAB:8,3%; Emprego: 13,6%). O turismo, um dos sectores ex-libris da região dado tratar-se de um dos destinos clássicos mais antigos no contexto da Europa Ocidental, corresponde apenas (em termos directos) a 16,16% do VAB e a 17,04% em termos de emprego (dados da Conta Satélite de 2019).

O peso das Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (relacionados em grande medida com o Centro Internacional e Negócios da Madeira) afigura-se

significativo em termos de VAB (8,2%), mas não tanto ao nível de emprego (6,6%). Constata-se um peso ainda relevante do sector agrícola (11,1%), claramente desproporcionado relativamente ao seu contributo para o VAB (1,65%).

A análise sectorial evidencia em traços gerais, o modelo de desenvolvimento sócio-económico, do tipo neo-keynesiano, e orientado desde os anos 70 para colmatar as lacunas constatadas em termos de stock de infra-estruturas e no acesso a bens públicos e serviços/equipamentos sociais. O quadro 1 oferece alguns indicadores úteis que permitem ilustrar a aceção anterior: evolução da rede de extensão de estradas (371 km em 1978; 674 km em 2011); evolução ao nível dos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar (5 em 1978; 288 em 2022); evolução ao nível do número de docentes no ensino pré-escolar: (10 em 1978; 3831 em 2022); evolução no número de piscinas (5 em 1978; 25 em 2022).

A instalação de uma estrutura político-administrativa e a afirmação de uma “forte” identidade regional constitui outra das imagens de marca do modelo político-económico regional. De facto, um factor condicionante chave do processo desenvolvimentista em curso respeita às soluções governativas que foram sendo sucessivamente sufragadas nos processos eleitorais [O ex-Presidente do Governo Regional foi catalogado no Financial Times, de 9 de Maio de 2006 como “by far the longest-serving elected leader in Europe”, catalogação sem necessidade de catalogação caso se considere a estrutura de governo em termos de apoio partidário]. As soluções “governativas” permitiram sustentar a continuidade do modelo de desenvolvimento (gestão macroeconómica), que no caso regional, é indissociável do contexto sociopolítico e do modelo de desenvolvimento económico.

As sociedades insulares caracterizam-se por dinâmicas sociológicas e políticas próprias, com reflexos sobre as trajectórias prováveis de desenvolvimento, estruturas de mercado e sectores chave da economia. Ver a propósito Hospers (2003), Hampton e Christensen (2002), Gonzalez (2002), Briguglio (1995), para efeitos de contextualização da experiência da RAM. A concentração geográfica/populacional potencia também uma dinâmica sociopolítica única em termos de lideranças estratégica e definição de visão/identidade regional (Farrigua, 1993). As “ilhas” constituem ecossistemas sociais específicos, caracterizados por identidades “regionais” fortes, com reflexos ao nível dos valores e atitudes prevalecentes, capacidade empreendedora e atitude pro-inovação.

Quadro 1: Indicadores vários

Indicador	Fonte	RAM	Portugal
População	Censos	250744	10343060
Pess Pop. RAM /Portugal	2021	2,5%	
Densidade Populacional (1)	(1)2022 (1)2010	316,1 hab/km ² 309 hab/km ²	113,5 hab/km ² 115,4 hab/km ²
Índice de Envelhecimento	(1)2022 (1)2010	165 75,4	185,6 120,1
Peso grupo idade 0-24	(1)2022 (1)2010	23,79% 30%	23,26% 26%
Taxa de Actividade	(1)2022 (1)2010	59,8% 52,3%	59,8% 52,5%
Indicadores Sociais			
Taxa de retenção e Desistência 1º Ciclo	(1)2022 (1)2010	2,6% 11,8%	3,1% 7,9%
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	(1)2022 (1)2010	88,8% 75,6%	91,7% 80,7%
Taxa de escolarização no ensino superior	(1)2022 (1)2010	16,1% 9,5%	42,8% 31,5%
Médicos por 1000 habitantes	(1)2022 (1)2009	5,2 2,8	5,8 3,9
Enfermeiros por 1000 habitantes	2022 2010	10,1 8,3	7,8 5,9
Consultas por Habitante	(1)2022 (1)2010	1,4 2,6	2,1 4,0
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	(1) (1)	1212,4 1013,6	1289,5 1034,2
Beneficiários do rendimento social de inserção	(1)2022 (1)2009	2,48% 2,13%	100% 100%
PIB (2022)	(2)10 ⁶ €	6020,5	242340,8
PIB (2010)	(2)10 ⁶ €	5 280,3	171 983,1
Peso RAM PIB Nacional 2010		3,1%	
Peso RAM PIB Nacional 1995			
PIB % Portugal	(2)2022 (2)2010	2,48% 3,10%	100% 100%
PIBpc RAM/Port	(2)2002	100,6%	100%
PIBpc RAM/Port	(2)2009	98,5%	100%
PIBpd RAM/Port	(3)1975	54,6%	100%
PIBpc PPC (UE27)	(1)2022	79,2	78,7
PIBpc PPC (UE27)	(3)2009	81,8	83,1
PIBpc EU	(3)1975	28%	
Produtividade (VAB/Emprego)	(1)2022 (1)2020	39,4 37,7	41,7 29,0
Taxa de cobertura das importações pelas exportações	(1)2022 (1)2010	74,75% 40,00%	71,61% 64,00%
Intensidade exportadora	(1)	1	31,14

(1)Anuário Estatístico da RAM, 2010, 2022

(2)Destaque INE: Contas Regionais de 2009 e 2010 Preliminares (16/12/2011), e de 2022

(3)The Regional Statistics Service of Madeira, Fifteen Years of Autonomy and Development

Os dados relativos a 2022, em termos de repartição do VAB e emprego por sectores evidenciam a importância chave da “economia local”. Tendo em conta cálculo de quocientes de localização e tomando como espaço de referência Portugal foram identificados os seguintes sectores básicos: D (Electricidade), E (Água/Saneamento), F (Construção), H (Transportes e Armazenagem), I (I – Alojamento/), L (Actividades imobiliárias), O (Administração Pública), R (Actividades Artísticas/Desportivas), os sectores identificados correspondem grosso modo às sectores estruturantes das economias insulares (Administração Pública, Construção Civil, Turismo) e aos

“sectores de base” sujeitos a sobrecustos de produção (devido à incapacidade de exploração de economias de escala, escassez solos para usos sociais e/ou ineficiências na organização dos mercados) e/ou objecto de canalização dos rendimentos gerados nos sectores básicos para consumo/investimento. Uma análise comparativa do peso de cada sector em termos de VAB, coincide grosso modo com a listagem atrás enumerada, com excepção do sector M (Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares) que exibia um peso na RAM 3,3 vezes superior ao constatado em Portugal, mas que em 2022 exhibe um valor inferior à unidade. A análise comparativa do peso numa análise a três sectores, em termos de VAB, é também elucidativa, dado evidenciar o sobredimensionamento do sector terciário a expensas do sector industrial: peso agricultura no PIB regional: 1,8% (Port. 2,4%); peso Indústria no PIB:14,8% (Port. 24,6%); peso Serviços PIB:83,4% (Port. 73%). Os valores para 2022 são os seguintes: 1,5% (Port. 2,1%); peso Indústria no PIB:11,8% (Port. 21,5%); peso Serviços PIB:86,7% (Port. 76,3%).

O sector industrial comporta essencialmente pequenas unidades fabris, na área do artesanato, e orientadas no essencial para o mercado local. Dados relativos à estrutura empresarial/sectorial da Calheta em 2005 (Camara Municipal da Calheta), permitem exemplificar a orientação local da actividade empresarial, e a consequente dependência das políticas macroeconómicas que afectam a procura agregada (Veja-se a propósito a análise de Roberts e Thompson (2003:69) relativa às Western Isles. Um universo de 333 empresas exerce a sua actividade na Calheta. Predomina o sector terciário/comércio (78%), seguido pela “indústria”/construção civil (14%) e hotelaria (7,8%). Cerca de 33% do total de empresas respeita a mini-mercados (cafés), snack-bar e restaurantes. No sector industrial pontuam as empresas da área da construção civil, serralharias, carpintarias e mecânicos, que correspondem a 44 do total de 47 empresas.

Embora o peso do turismo é relevante, e compara-se favoravelmente no contexto das RUPs, mas está sujeito a competição crescente. A taxa de crescimento médio, em termos do número de hóspedes, computada para os períodos 1976-1980 (5,4%), 1980-1990 (4,7%), 1990-2000 (5,4%) e 2000-2010 (1,0%), e 2010-2022 (6,1%) evidencia um abrandamento do ritmo de atração de turistas até 2010, seguido de uma recuperação notável.

Embora a dinâmica económica constatada seja notável, o relatório Ismeri (2011) evidencia a “vulnerabilidade da RAM, no que respeita ao factor “educação” (dado que apenas 8,5% (16,5% em 2021) da população possui o grau de ensino superior). Dados

relativos ao ranking das Escolas Ensino Secundário, situam a melhor escola regional no 219º lugar. Caso se considere os escalões seguintes, 1-100, 101-200, 201-300, 301-400, 401-500, 501-600, 601-616, a classificação das escolas regionais (relativamente a 2010) distribui-se pelos mesmos da seguinte forma: 0, 0, 3, 2, 2, 7, 1. Os dados relativos a 2023 são os seguintes, para os escalões 1-100, 101-200, 201-300, 301-400, 401-500, 501-600: 0, 2, 2, 2, 8, 1. Um factor adicional de vulnerabilidade resulta da análise dos valores do desemprego. Uma notícia publicada no Público (Edição de 18/4/2011) com o título “Madeira duplicou o número de desempregados em dois anos”, indicava que o número de inscritos em Março (2011) 17541 correspondia ao dobro dos 8.530 desempregados inscritos no final de 2008, o que evidenciava de forma explícita a evolução da variável no horizonte temporal de 2 anos.

Os dados apurados em 2011 contrastam com os valores computados nos anos 90, e explicam-se grosso modo com a perda de emprego no sector da construção (menos 4,8 mil empregos), indústrias extrativas, transformadoras e outras (menos 1,7 mil empregos) e agricultura (menos 952 empregos). Os valores atrás referidos referem-se à variação no emprego calculada entre 2004 (ano em que o valor do emprego atinge o máximo de 124,7 milhares de indivíduos) e 2009. O Gráfico 2 retrata a evolução da variável entre 1983 e 2010 com base dos dados disponibilizados no site da DRE. A serie reportada a 2011 indicam um número de desempregado a rondar 18685 indivíduos, o que corresponde uma taxa de 14,3%. No período posterior, assistiu-se a uma recuperação do emprego, ditada em parte pela recuperação da economia e pelo saldo migratório negativo no pico da crise.

No entanto a questão-chave do momento respeita à gestão da dívida regional. De acordo com as críticas formuladas ainda nos anos 90 (Ganec, 1995), a RAM beneficiou no passado de uma gestão à posteriori da dívida, (com perdões de dívida nos anos 80 e 90) (Santos, 1992, Fortuna, 1997), o que implicaria numa lógica de optimização, a maximização da despesa e a minimização da receita. A linha de argumentação formulada pelo Governo Regional e com eco em Fortuna (1997) advogava que a obtenção de saldos nulos seria incompatível com a utilização dos fundos comunitários, e com a oportunidade que então se manifestava de recuperar os atrasos em termos do stock de infra-estruturas. Dado providenciados no quadro 1 são ilustrativos do volume de obras realizadas. Existe obviamente um factor de economia de escala que deve ser tido em conta, assim como o efeito de construção da estrutura político-administrativa

(Ver Rodríguez-Pose (2000) e Helg (2000) para efeitos de contextualização da ênfase em infra-estruturas e criação de emprego “público” no âmbito da periférica).

A explosão mediática relativa à questão dívida regional resultou da publicitação da correcção dos valores da dívida regional. Dados disponibilizados pelo Ministério das Finanças, (ver Relatório Situação Financeira da Região Autónoma da Madeira, e Setembro de 2011), apontam para uma dívida regional de 6328 milhões de euros, superiores em 465 milhões de euros aos valores anunciados pelo Governo regional (Público, 30/9/2011). Os dados do Governo Regional apontavam para valores de 5,8 mil milhões de euros. A questão da reavaliação da dívida regional confunde-se com a controvérsia relativa ao não reporte de valores, com o INE e Banco anunciarem uma "dívida oculta" de 1113,3 milhões (Ver quadro 2).

O caso especial da RAM foi objecto de análise na Avaliação Regular do Programa de Assistência Económica e Financeira, por parte da Troika, e entre as medidas previstas na Carta de Intenções do Governo Regional ao Governo da República a solicitar Assistência Financeira à Região Autónoma da Madeira, emitida pelo Gabinete do Presidente do Governo Regional da Madeira (ver em <http://pgram.gov-madeira.pt/>), consta a “fixação das despesas de investimento da Região previstas para 2012 e anos seguintes, para um valor, no máximo, de 150 milhões de euros” e “a redução dos subsídios e transferências correntes, nomeadamente nos sectores do desporto, da saúde e da educação”.

As medidas atrás referidas e o facto de na Conta da Região de 2010 ser referido (pg.8) que “A RAM figurou como uma das regiões do país com maior aplicação de recursos na realização de Investimento”, refere uma edição recente do Jornal da Madeira que o Governo Regional investiu 43% das suas receitas fiscais no período que medeia entre 1977 e 2011, ajudam a compreender a dinâmica subjacente ao acumular da dívida. Entretanto e no que concerne ao período

Uma outra questão polémica, do ponto de vista regional, respeita à evolução da Zona Franca da Madeira. Uma notícia recentemente veiculada pelo Público refere um “recorde mensal [Junho] de desistências ... logo depois de Portugal se ter comprometido, no memorando assinado com a *troika*, recuar nos benefícios fiscais e no regime de isenções em vigor na Zona Franca [ZFM]. Até Julho do corrente ano, tinham cessado a sua actividade 295 entidades licenciadas” (Público, Edição de 5/12/2011). A ZFM comporta agora 2182 sociedades, o que implica um decréscimo substancial face às 4786 empresas não-financeiras registadas em 2001. A redução do número de empresas

seria expectável, dado estar previsto uma redução dos benefícios fiscais a partir de 1 de Janeiro de 2012. Valores constantes do site da empresa gestora da ZFM permitem avaliar o impacto da praça: 21% em termos de PIB (dados de 2002); 2900 empregos (directos e indirectos); 10% da massa salarial; salários 70% superiores à média. A nível regional, a paralisação do processo de negociação com a Comissão Europeia sobre o futuro da ZFM é encarada de forma dramática, devido ao volume de perdas em termos de receitas fiscais. Entretanto a problemática relativa ZFM saiu do “radar” mediático.

Gráfico 2: Evolução da Taxa de Desemprego (1983-2023)

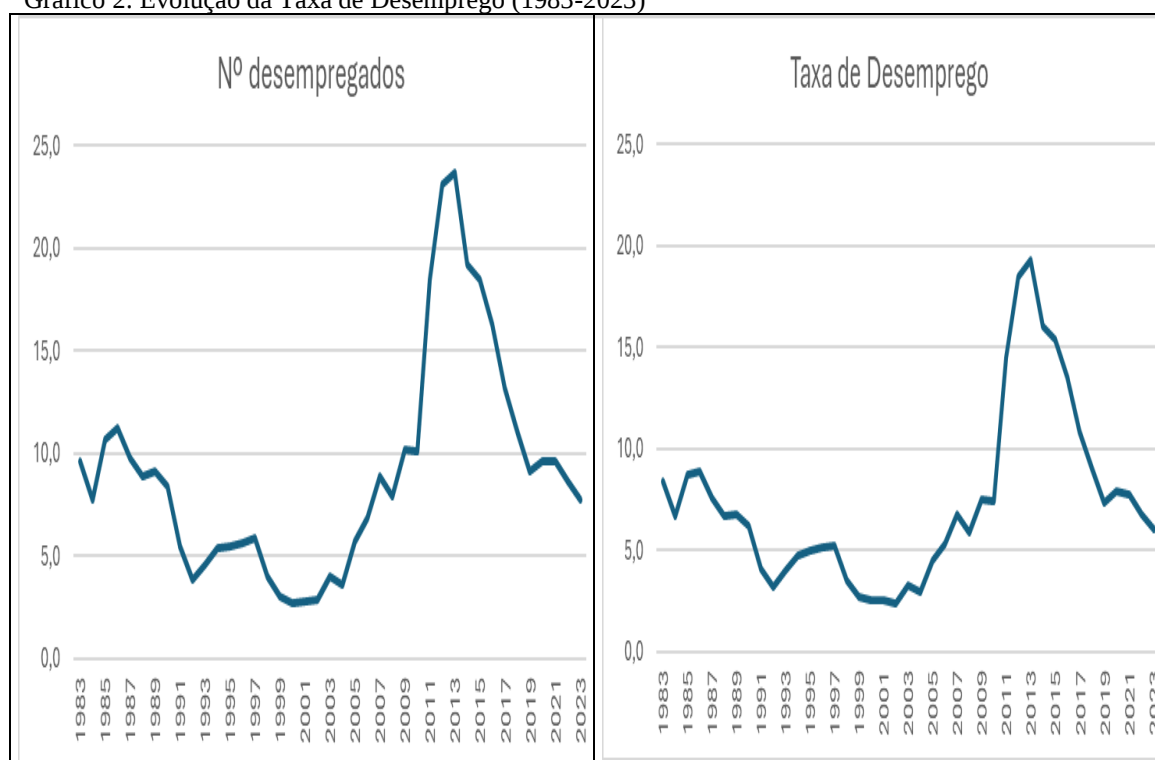


Gráfico 3: Evolução do saldo migratório

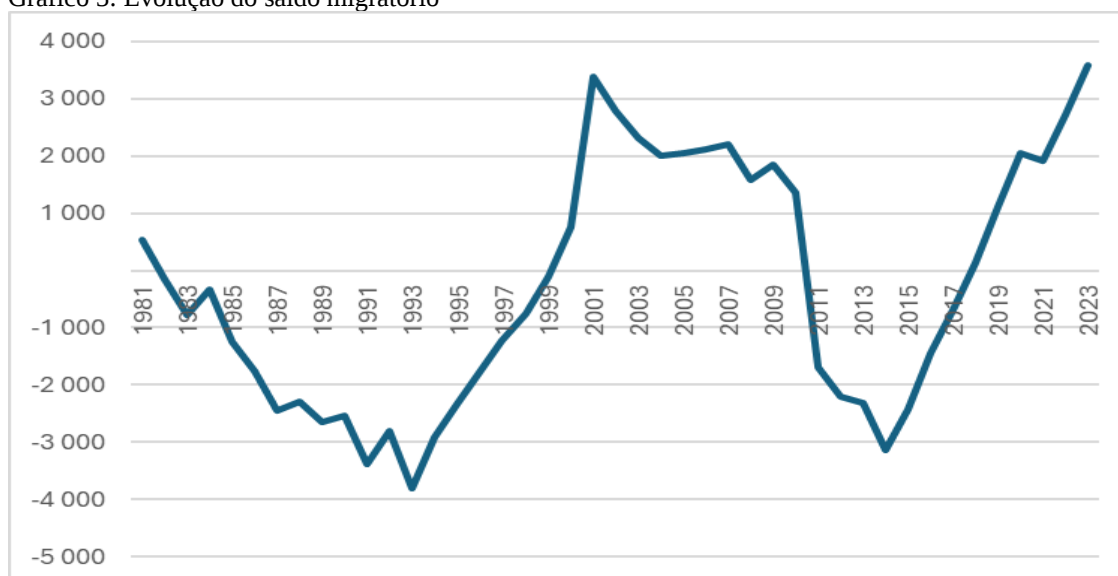
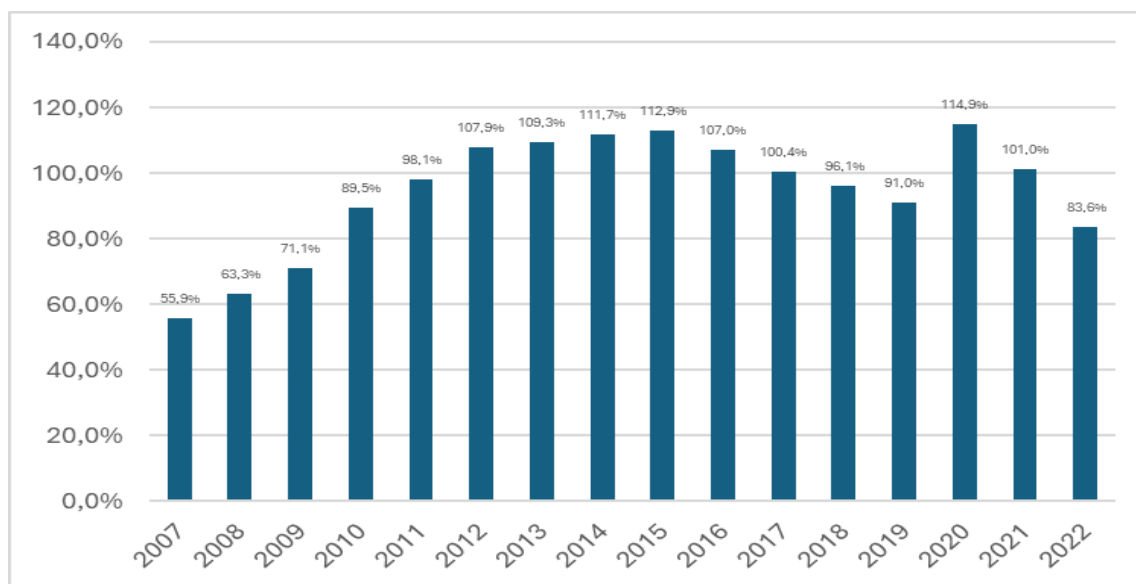


Gráfico 4: Evolução da dívida pública regional (2007-2022)



Tal como referenciado acima, a pressão corrente sobre a gestão dos deficits, e as exigências de aplicação de processos de ajustamento estrutural e de políticas do lado da oferta, contrasta com os modelos neo-keynesianos, facilitados e acelerados por transferências financeiras (Murray, 2001: pg. 138), e com a aplicação tardia de modelos do tipo “neo-liberal”. A utilização do capital geoestratégico e/ou a participação em soluções de governabilidade (ou de confronto institucional a nível nacional, permitiram o acesso a níveis elevados de ajuda financeira, que se reflectiram no caso dos estados insulares do Pacífico Sul, quer “na emergência de sectores públicos sobredimensionados” quer na aplicação políticas orientadas para o consumo (inward-oriented policies) (Murray, 2001: pg. 137), com o consequente dinamização da dinâmica macroeconómica local e desinteresse na aplicação de medidas do lado da oferta.

O “regime de excepção” que caracteriza também outros contextos (Ver Baird, 2000, relativamente às ilhas remotas Japonesas, e o peso das transferências financeiras dos EUA relativamente às receitas correntes da Samoa Americana (Department of Commerce American Samoa Government (2008), permitiu de facto “desconectar” a evolução da dinâmica económica local do processo de globalização em curso caracterizado pela crescente competição, restrições orçamentais, taxas de desemprego elevadas, processos de reestruturação, etc. Os dados computados para a generalidade das RUPs sugerem o fim do regime de excepção.

Quadro 2: Dados relativos à dívida regional em 2011

Dados INE/BP (1ª Sem. 2011)	Dívida Directa	1031
	Divida Indirecta	2719
	Dívida Administrativa	2058
	Dívida Comercial	520
	Total Dívida	6328
	Perc. PIB	123%
	Rácio Receitas Efectivas	599%
	Rácio Receitas Fiscais	927%
Valores Referidos pelo GR	2011	5864
Dados da Conta Região 2010	Dívida Directa	963,35
	Divida Indirecta	1193,3
	Dívida Administrativa	1453,6
	Total Dívida	3610,25
	Perc. PIB	69,1%

Este anexo estatístico provê alguns dados que permitem objectivar a importância de factores condicionantes (referi-a se a título de exemplo o nível de desenvolvimento nos anos 70, a qualidade dos recursos humanos, o nível de infra-estruturação), eficácia do mecanismo de mercado, qualidade das políticas económicas, existência ou não de base económica diversificada baseada na industria capital intensivo, proximidade geográfica face ao centro de gravidade económica da Europa. Emerge dos casos de estudos atrás referenciados, que o sector público assume papel de dinamizador da economia (devido à “incapacidade” do sector privado na criação de emprego), com o consequente reflexo em termos de transformação de rendimento em consumo em vez de investimento, exploração de rendas, etc. (Helg et al, 2000).

Bibliografia:

- Ismeri (2011), Factores de crescimento nas Regiões Ultraperiférica, CONTRACT N°2009.CE.16.0.AT.101, March 2011
- Fortuna (1997), Condicionantes da Integração Europeia na Definição da Política Económica na R.A.A.", in *Actas do Colóquio Sobre Integração Europeia - Uma Nova Realidade*. Ponta Delgada.
- Baird, J. (2000), The Japan coastal ferry system, *Maritime Policy & Management*, 27(1), 2000 3-16
- INE, (2011), Destaque: Contas Regionais de 2009 e 2010 Preliminar, de 16/Dezembro/2011
- Hospers, G.J. (2003), Localisation in Europe's periphery: tourism development in Sardinia, in *European Planning Studies*, Vol. 11, No. 6, September 2003
- Hampton, M. Christensen J. (2002), Offshore Pariahs? Small Island Economies, Tax Havens, and the Re configuration of Global Finance, in *World Development*, Vol. 30, No. 9, pp. 1657–1673,
- Gonzalez, (2002), Globalisation and Adjustment in the Caribbean: An Assessment, in *Caribbean Survival and the Global Challenge*, 2002, 298-335
- Briguglio L. (1995), Small Island Developing States and Their Economic Vulnerabilities, in *World Development*, Vol.23, nº.9, pp.1615-1632
- Farrugia, C.J. (1993) “The Special Working Environment of Senior Administrators in Small States,” *World Development*, Vol. 21 (2): 221-226.
- GANEC, (1995), As Relações Financeiras com as Regiões Autónomas, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, Faculdade de Economia, Gabinete de Análise Económica
- Santos, A., (1994), Sinopse da Economia Açoriana, Documentos do IESF, No. 8, Edições ASA
- Helg, R., Peri, G., Viesti, G. (2000), Abruzzo and Sicily: catching up and lagging behind, in *European Investment Bank Papers*, Volume 5, No. 1, pp. 61-86

Rodríguez-Pose, A. (2000), Economic converge and regional development strategies in Spain: the case of Galicia and Navarre, in *European Investment Bank Papers*, Volume 5, No. 1, pp. 89-115

Murray, W. (2001), The second wave of globalisation and agrarian change in the Pacific Islands, in *Journal of Rural Studies*, Volume 17, Issue 2, April 2001, Pages 135-148

Roberts, D., Thompson K. (2003), Sources of Structural Change in Peripheral Rural Areas: the case of the Western Isles, 1988/89 to 1997, in *Regional Studies*, Vol. 37.1, pp. 61-70

ⁱ O dados sugerem, com base num modelo OLS simples, que as variáveis explicativas chave respeitam à evolução do PIB, da despesa pública e da dissolução de empresas, a par do efeito “fundos comunitários”.

Criação de empresas	Coef.	P>t
lnDissolução_01	-0,182	0,001
lnPIBRAM	1,216	0,000
lnDespesaPúblicaTotal	0,609	0,005
p9400 (dummy relativa ao QCA 1990-1994)	0,687	0,000
p0006(dummy relativa ao QCA 2000-2006)	0,299	0,017
_cons	-6,924	0,000
R2	0,9304	
adjR2	0,9212	
F(6, 26)	101,6	
Prob > F	0,000	
Obs	44	
Diagnosticos		
VIF	5,09	
Heteroskedasticidade		
Skewness	24,02	0,1189
Kurtosis	8,15	0,1479
Source	1,42	0,341
Total	33,59	0,0713
Shapiro–Wilk W	0,05935	0,12303
Ramsey RESET test	1,49	0,2336
Durbin–Watson statistic	(6,44) = 1,67181	
Durbin's alternative test	chi-1=0,871;sig=0,3506	